

# Servidores votam por fortalecimento da Greve

Em Assembleia realizada nessa quinta-feira, 11, os servidores da Justiça Federal aprovaram o fortalecimento da Greve pelo reajuste salarial. Nessa sexta os servidores grevistas irão passar nos setores para chamar mais colegas para a Greve. Ontem, cerca de 150 estavam paralisados. Foram dados os informes sobre a sessão do Senado desta quarta-feira (10), que foi um dia de mobilização e de muita espera para os servidores do Judiciário Federal. Nessa sexta, dois diretores do Sindicato irão ao Norte do estado para conversar com os servidores.

Mesmo com a forte pressão exercida pela Fenajufe e sindicatos filiados, em Brasília, e com a adesão à Greve por tempo indeterminado em vários estados, o governo, mais uma vez, não atendeu à reivindicação da categoria e adiou a votação do PLC 28/2015, que reestrutura a

carreira e revisa o salário dos servidores. O presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), atendeu a um pedido feito por telefone pelo ministro da Fazenda, Joaquim Levy.

O esforço das lideranças sindicais da categoria para garantir a aprovação do projeto foi grande, com o apoio de alguns senadores, que defenderam a votação da matéria. No entanto, a orientação da Liderança do Governo e da Presidência do Senado é pautar o projeto em plenário somente no dia 30 de junho.

Ainda segundo informações repassadas ao coordenador geral da Fenajufe Adilson Rodrigues, pelo diretor geral do STF, Amarildo Viana, o PLC foi retirado da pauta com o aval do Supremo, que tinha a intenção de ganhar pelo menos uma semana para negociar o acordo com o governo. O Palácio do Planalto segue com a tática da "enrolação" para



impedir que os projetos sejam aprovados ainda neste mês. A orientação do Comando Nacional de Greve, portanto, é intensificar a Greve por tempo indeterminado nos próximos dias, para forçar a cúpula do Judiciário a buscar uma alternativa junto ao governo federal que seja favorável aos servidores.

### **Mais adesão ao movimento**

Em reunião nessa quinta-feira na sede da Fenajufe, coordenadores da Federação e um representante de cada estado em Greve avaliaram que a tarefa central da categoria no momento é aumentar o movimento em nível nacional, garantindo a adesão à Greve daqueles estados que ainda não paralisaram as atividades.

No momento, já há Greve no Paraná (o primeiro estado a deflagrar o movimento), Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Distrito Federal, Rio de Janeiro, Mato Grosso, Minas Gerais, Amapá, Tocantins, Piauí e São Paulo. Outros estados aprovaram novas

paralisações, com assembleia para votar o indicativo de Greve por tempo indeterminado. Até a próxima semana, a orientação do Comando Nacional de Greve é que esse quadro de adesões aumente ainda mais. Na avaliação dos dirigentes sindicais que participaram da reunião do Comando Nacional, é necessário estabelecer, a partir do movimento grevista, uma correlação de forças que seja capaz de pautar e aprovar o projeto do Judiciário e antes do dia 30 de junho, prazo estabelecido pelo governo.

A Greve também precisa ser forte o suficiente para forçar uma negociação efetiva entre os poderes, cujo processo ao final culmine no acordo orçamentário necessário à implementação do reajuste salarial previsto nos projetos.

Segundo a maioria das intervenções, a categoria não pode aceitar a enrolação por parte do Palácio do Planalto e a intenção de jogar as negociações para depois do recesso parlamentar, vinculando o processo às demais categorias dos servidores federais.

## **Apoios às reivindicações salariais dos servidores**

O presidente do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4), desembargador federal Tadaaqui Hirose, manifestou seu apoio às reivindicações dos servidores da Justiça Federal constantes no PLC 28/2015. Hirose enviou ofício ao Supremo Tribunal Federal (STF), à Presidência da República e ao Senado Federal.

No ofício, Hirose afirma que é dever da Presidência do tribunal zelar pela excelência e eficiência da prestação jurisdicional, bem como que o referido projeto de lei representa uma justa e necessária atualização dos vencimentos dos servidores do Poder Judiciário da União, "que se encontram defasados perante as carreiras análogas do Executivo e do Legislativo federais, acumulando nos últimos nove anos uma perda real, tendo como parâmetro a inflação do período, da ordem de 49,62%".

Segundo Hirose, "o PLC 28/2015 não representa óbice de qualquer espécie aos esforços de austeridade fiscal que o presente momento econômico impõe". O presidente do TRF4 esclarece que o impacto orçamentário encontra-se dentro da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado do Poder

Judiciário da União e que o referido projeto de lei contempla, em seu art. 3º, a redução das funções de confiança mediante a reestruturação das estruturas administrativas dos órgãos componentes do Poder Judiciário da União, "oferecendo maior racionalidade e menor custo à gestão dos tribunais".

No documento, salienta ainda que as despesas necessárias para a efetivação do previsto no plano de carreira ocorrerão em 6 parcelas semestrais, diluindo o impacto orçamentário pelos próximos três anos.

O presidente conclui reiterando a necessidade de independência administrativa e financeira do Poder Judiciário e solicitando que não se promovam vetos ao texto do plano, que se encontra em tramitação no Plenário do Senado, em regime de urgência.

### **Justiça Federal em SC**

Na mesma linha, a Direção do Foro da Seção Judiciária de Santa Catarina e a Presidência da Associação dos Juizes Federais de Santa Catarina (AJUFESC) também divulgaram nota manifestando integral apoio às reivindicações da categoria e à aprovação do PLC 28/2015.